



AMIES
ASSOCIAÇÃO DOS MANTENEDORES
INDEPENDENTES EDUCADORES
DO ENSINO SUPERIOR

Boletim Informativo



Em reunião com a AMIES, MEC anuncia aplicação semestral do Enamed a partir de 2027

O ministro da Educação, Leonardo Barchini, anunciou que o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) passará a ser aplicado duas vezes por ano a partir de 2027. A medida foi informada durante reunião com representantes da AMIES, em Brasília. Segundo o ministro, a mudança busca aperfeiçoar o processo de avaliação da formação médica no País e ampliar as oportunidades para os estudantes concluintes dos cursos de medicina. O Enamed é realizado desde 2025 e integra as ações do MEC voltadas ao fortalecimento da qualidade da formação médica brasileira.

Durante o encontro, Barchini também informou que o MEC deverá anunciar, nos próximos dias, um pacote de benefícios aos estudantes adimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A iniciativa será complementar ao programa Desenrola Brasil, criado para atender estudantes com dívidas junto ao financiamento estudantil.

Ainda na reunião, a AMIES manifestou posição contrária à proposta de criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina (Profimed), prevista no Projeto de Lei 2.294/2024, de autoria do senador Marcos Pontes (PL-SP). O texto, já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, estabelece que médicos só poderão obter registro nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) após aprovação no exame. Neste caso, o CFM ficaria responsável pela aplicação da prova.

A entidade defendeu que o Enamed já representa um instrumento nacional adequado para avaliação da formação médica e para o acompanhamento da qualidade dos cursos de medicina no País, evitando a criação de uma nova prova com finalidades semelhantes. Para a AMIES, a adoção de um exame nacional único representa medida mais eficiente, coerente e institucionalmente adequada, evitando a sobreposição de avaliações, insegurança regulatória e conflitos de competência entre órgãos públicos e entidades de fiscalização profissional.

A AMIES também reforçou a importância de ampliar o diálogo entre o Poder Público, as instituições de ensino superior e os diferentes atores envolvidos na formação médica, buscando soluções que contribuam para a qualificação do ensino e para a segurança da assistência prestada à população.

Além do ministro Leonardo Barchini, também estiveram presentes na reunião com a AMIES o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palacios, e a secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Abramo.

A associação seguirá acompanhando as discussões relacionadas à regulação e à avaliação da educação superior brasileira, participando ativamente da construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da qualidade acadêmica e da formação profissional no país.

AMIES integrará GT do MEC sobre cursos da área da saúde e bem-estar



O Ministério da Educação publicou a [Portaria 478/2026](#), que altera a composição do Grupo de Trabalho responsável por debater propostas pedagógicas para cursos de graduação das áreas de saúde, bem-estar e veterinária, especialmente no contexto da oferta semipresencial e da educação a distância. Com a nova portaria, a AMIES passa a integrar oficialmente o GT, ampliando a participação das instituições de ensino superior independentes nas discussões sobre os rumos da regulação e da qualidade da formação nessas áreas estratégicas para o país.

O grupo de trabalho possui caráter técnico e tem como objetivo subsidiar o MEC na construção de propostas relacionadas à organização pedagógica, uso de tecnologias educacionais, diretrizes de qualidade e modelos de oferta para os cursos da área da saúde. Entre as atribuições do colegiado estão a análise de evidências acadêmicas, experiências institucionais e práticas educacionais voltadas ao fortalecimento da formação superior.

Para a AMIES, a participação

no grupo representa uma importante oportunidade de contribuir com o debate regulatório e com a construção de políticas públicas que assegurem qualidade acadêmica, inovação pedagógica e segurança jurídica às IES.

A Associação será representada pelo assessor de relações institucionais, Gilberto Gonçalves Garcia (titular), e pelo diretor administrativo, Ihanmarck Damasceno (suplente). “A AMIES coloca à disposição representantes qualificados e plenamente capacitados, aptos a contribuir de forma efetiva para o alcance dos objetivos propostos. A Associação reafirma seu compromisso institucional com a promoção da qualidade da educação superior no país”, frisou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues.

A entidade destaca ainda que acompanhará ativamente os trabalhos do grupo, levando contribuições técnicas e institucionais em defesa de uma regulação equilibrada, baseada em evidências e alinhada às necessidades de formação profissional e desenvolvimento educacional do país.

MEC publica edital de adesão e renovação ao Prouni para o segundo semestre de 2026

O Ministério da Educação publicou o [Edital 38/2026](#), que estabelece o cronograma e os procedimentos relativos à adesão, à renovação da adesão e à emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) referente ao segundo semestre de 2026.

As mantenedoras interessadas em aderir ao programa ou renovar sua participação deverão realizar os procedimentos exclusivamente por meio do [Sistema Informatizado do Prouni \(Sisprouni\)](#). O edital informa que somente poderão participar as mantenedoras que estejam regulares junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e com situação fiscal regular perante a Receita Federal.

A adesão ou renovação da adesão ocorrerá até 16 de junho. Já o prazo para efetivação da adesão, renovação da adesão e emissão de Termo Aditivo seguirá até o dia 19 de junho. O MEC também definiu o período de 20 a 25 de junho para retificações.

O edital detalha ainda as regras para cálculo do número de bolsas que deverão ser ofertadas. O documento apresenta fórmulas específicas para instituições com fins lucrativos, sem fins lucrativos e entidades beneficentes de assistência social, considerando a legislação vigente do programa.



MERCADO

» Após boom de alunos, projetos de provas como a da OAB avançam e apontam descrédito em diplomas. Criação de **exames de proficiência** buscam alcançar áreas como medicina veterinária, enfermagem, odontologia e biomedicina.

» Gerdau lança curso superior para **indústria do aço** em meio à escassez de engenheiros. Parceria com a Ânima Educação oferecerá 40 vagas.

» Os valores das mensalidades de **ensino superior** privado caíram em 2026 tanto nos cursos da modalidade presencial quanto no EAD (educação a distância). A exceção é a medicina, cujo preço cresce ao menos desde 2012 e chegou a R\$ 11.415 por mês neste ano.

» O grupo **Ser Educacional** lucrou R\$ 75,9 milhões no primeiro trimestre, alta de 74%. De acordo com o CEO, o resultado é fruto de um **processo de otimização** de operações e cursos ofertados.

» A **Yduqs** registrou uma alta de 85% no número dos estudantes de medicina com acesso ao Fies.

» O lucro líquido da **Cogna** cresceu 48,7% no primeiro trimestre, para R\$ 141,4 milhões.

» No primeiro trimestre, o lucro líquido da **Vitru Educação** subiu para R\$ 794,7 milhões.

Após manifestação da AMIES, Inep ajusta procedimentos de habilitação no Enamed 2026



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) encaminhou aos procuradores educacionais institucionais e aos coordenadores dos cursos de medicina orientações complementares relativas aos critérios de habilitação e aos procedimentos de inscrição de estudantes no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2026.

Na prática, o documento representa uma resposta às preocupações apresentadas anteriormente pela AMIES ao Inep. No Ofício 7/2026, encaminhado no início de maio, a associação alertou para os riscos de inconsistências na inscrição de estudantes concluintes dos cursos de medicina, especialmente em instituições cujos calendários acadêmicos somente finalizam as avaliações do 10º período no mês de junho. O argumento central apresentado foi que a inscrição antecipada poderia gerar divergências entre o número de inscritos e o quantitativo real de concluintes aptos ao exame, com possíveis impac-

tos sobre os indicadores de qualidade dos cursos.

O Inep reconheceu expressamente a possibilidade de reprovação de estudantes inicialmente enquadrados como habilitados e anunciou a criação de um mecanismo administrativo destinado a neutralizar os riscos apontados pelas instituições de ensino.

Segundo o Instituto, as instituições deverão realizar as inscrições dos estudantes considerando a hipótese de aprovação nos componentes curriculares em que estejam regularmente matriculados. Assim, deverão ser inscritos os estudantes que, na data da prova, tenham perspectiva de enquadramento nos critérios definidos pelo Enamed. Posteriormente, o Inep disponibilizará, no Sistema Enade, uma funcionalidade específica que permitirá às instituições registrarem situações em que estudantes inscritos deixem de atender aos critérios de habilitação em razão de reprovação acadêmica. A nova funcionalidade será disponibilizada em agosto.

Cursos de enfermagem terão carga de 4 mil horas e formação exclusivamente presencial

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou a [Resolução CNE/CES 1, de 15 de maio de 2026](#), que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em enfermagem, nas modalidades bacharelado e licenciatura. A norma estabelece mudanças significativas na organização curricular, na formação prática e na estrutura dos cursos em todo o país.

Entre as principais alterações previstas na resolução está a definição de carga horária mínima de quatro mil horas para o bacharelado em enfermagem, exclusivamente no formato presencial, com tempo mínimo de integralização de cinco anos. A medida reforça a exigência de formação prática intensiva e amplia os parâmetros nacionais para a qualificação da formação dos profissionais da área.

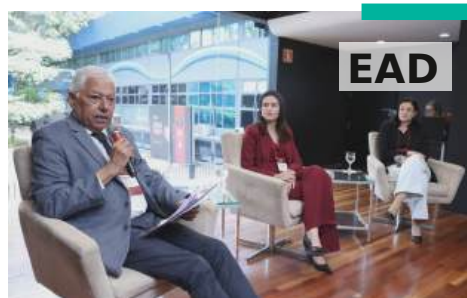


Rawpixel/Magnific

O texto também determina que as atividades teórico-práticas desenvolvidas em serviços de saúde deverão corresponder a, no mínimo, 20% da carga horária total do curso. Já o estágio curricular supervisionado obrigatório deverá representar pelo menos 30% da carga horária total, sendo metade realizada na atenção primária à saúde e a outra metade em atenção hospitalar ou em serviços de média complexidade.

As novas diretrizes enfatizam ainda a integração entre ensino, serviço e comunidade, além do fortalecimento da formação humanística, ética e técnico-científica dos estudantes.

De acordo com a resolução, os cursos de graduação em Enfermagem atualmente em funcionamento terão até 30 de junho de 2028 para adequar seus projetos pedagógicos e matrizes curriculares às novas diretrizes estabelecidas pelo CNE.



O assessor de Relações Institucionais da AMIES, professor Gilberto Garcia, participou do [seminário](#) “Da retomada à reinvenção: os novos contornos dos cursos presenciais, semipresenciais e EAD”, promovido pelo Observatório SEMESP, em Brasília. O evento reuniu especialistas e representantes de instituições de ensino superior para discutir os desafios e as perspectivas da implementação do Decreto 12.456/2025.



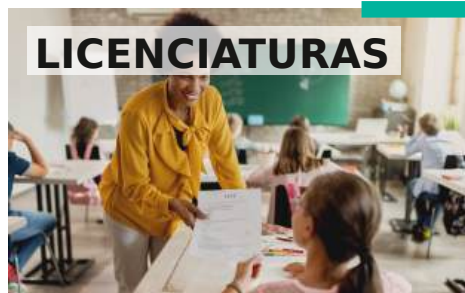
A AMIES participou da 28ª edição do Congresso Brasileiro da [Educação Superior](#) Particular (CBESP), realizada no Rio de Janeiro. A entidade foi representada pelo assessor de relações institucionais Gilberto Garcia, pela secretária-executiva Priscila Planelis e pelo consultor jurídico Esmeraldo Malheiros. O evento foi promovido pelo Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular.



A AMIES reuniu jornalistas, parlamentares e associados para uma conversa sobre temas relacionados aos cursos de medicina no Brasil: qualidade da formação, Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica e expansão de cursos. Conduzido pelo consultor jurídico Esmeraldo Malheiros, o encontro apresentou a AMIES como fonte qualificada no âmbito da educação superior.



O total de estudantes matriculados no [ensino superior](#) em todo o mundo mais que dobrou nas últimas décadas, passando de 100 milhões, em 2000, para 269 milhões, em 2024. Esse número representa 43% da população em idade de frequentar o ensino superior que abrange, normalmente, entre 18 e 24 anos. Os números são do primeiro relatório global da Unesco sobre tendências do ensino superior.



Dados do Ministério da Educação mostram que 53,1% dos concluintes de [cursos de licenciaturas](#) na modalidade de educação a distância (EAD), em 2025, tiveram desempenho insuficiente no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas do ano passado. Entre todos os formandos do ano passado, 40% estudaram em cursos presenciais e 60%, nos cursos de EAD.

CNE abre consultas públicas sobre formação de professores e uso de inteligência artificial



O Conselho Nacional de Educação (CNE) abriu duas consultas públicas que afetam o ensino superior no país.

A primeira trata sobre a proposta de projeto de resolução que altera as [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica](#) (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). O texto sob análise popular altera dispositivos da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.

Já a segunda consulta pública trata sobre o parecer que estabelece as [Diretrizes Orientadoras para o uso da Inteligência Artificial na Educação Brasileira](#). O texto foi aprova-

do pelo CNE em 11 de maio. Para o colegiado, a “adoção de aplicações de inteligência artificial deve ser precedida de decisão técnica, pedagógica e institucional fundamentada, que considere não apenas a viabilidade tecnológica, mas também sua adequação aos objetivos educacionais e às necessidades dos estudantes”. Após a consulta pública, será realizado um seminário, em julho, e por fim, o parecer será submetido à homologação do Ministério da Educação.

As contribuições deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio da Plataforma Brasil Participativo. De acordo com o Edital de Chamamento, as manifestações deverão ser bem fundamentadas e serão recebidas até o dia 13 de junho.

EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Victor Veronezi | Diretor administrativo: Ihanmark Damasceno | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Alexandre Chaddad, Paulo Vieira e Conrado Raunheitti | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa, Clovis Fecury e Jaime Romero | Secretária-executiva: Priscila Planelis | Relações Institucionais: Gilberto Garcia | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).